

European Ideas Network no Porto

Por iniciativa do Deputado Paulo Rangel realizou-se no Porto a UV do European Ideas Network (*think tank* do PPE).

A iniciativa juntou mais de 200 personalidades europeias e foi encerrada pelo Primeiro-Ministro Português Pedro Passos Coelho



Pg. 2



Mais Europa

Em visita de Estado à Suécia este mês, o Presidente da República de Portugal reclamou da Europa: *"precisamos de fazer muito mais para promover o crescimento económico e o emprego"*.

Sabemos que a crise económica estimula **reações nacionalistas** e que a crise social é terreno fértil para **movimentos eurocépticos e até xenófobos**. O caminho certo, porém, não está em isolacionismos suicidas mas em fazermos da UE **uma Europa mais solidária**.

Já ocorreram as eleições na Alemanha, mas no próximo ano a **25 de Maio haverá eleições** em toda a Europa para elegermos os nossos representantes no Parlamento Europeu. E aí a vitória não pode ser dos que querem destruir a Europa comunitária e regressar aos velhos tempos do *"orgulhosamente sós"*.

Como Cavaco Silva bem disse *"a crise europeia não é apenas uma crise económica e financeira, é também uma crise de confiança"*. Urge que todos saibamos **construir essa confiança**: Deputados, Comissão e Conselho, quer na forma de exercer os seus poderes e competências quer na forma responsável como aprovam os indispensáveis meios financeiros.

Precisamos, pois, de **Mais Europa** !

Carlos Coelho contra Programa PRISM defende em Estrasburgo a privacidade dos cidadãos europeus

Pg. 4

José Manuel Fernandes quer fundo comunitários para prevenção e combate a fogos



Pg. 9

Maria de Graça Carvalho quer Horizonte 2020 a dar prioridade ao emprego dos jovens investigadores

Pg. 10

Porto recebeu maior evento político do PPE

EIN Summer University



Universidade de Verão do PPE reuniu no Porto mais de 200 personalidades entre decisores políticos, líderes de opinião, empresários, académicos, assessores políticos, jornalistas e representantes da sociedade civil.

Os deputados portugueses do PPE foram os anfitriões **da Universidade de Verão do European Ideas Network (EIN)** que decorreu na cidade do Porto entre os dias **27 e 29 de Junho**.

O tema da edição deste ano foi: **“A União Europeia e as Américas: um projecto atlântico de crescimento e prosperidade.”**

“Foi para mim um grande orgulho poder organizar em Portugal um evento político com esta dimensão e importância. Num contexto de crise como o que vivemos ac-

tualmente, é fundamental encontrar respostas globais. O debate sobre a ligação da União Europeia às Américas foi, por isso, totalmente oportuno. O Porto, como cidade atlântica foi o local certo para fazer esta reflexão”, afirma Paulo Rangel, Deputado ao Parlamento Europeu, Vice-Presidente do Grupo do Partido Popular Europeu e Chefe da Delegação Portuguesa do PSD, que coordenou a organização.

Entre as **personalidades políticas portuguesas**, participaram, enquanto oradores, a Presidente da Assembleia da República, **Assunção Esteves**, o Primeiro-Ministro, **Pedro Passos Coelho**, e diversos membros do Governo português como o então Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, **Paulo Portas**, o Ministro de Estado e da Defesa Nacional **José Pedro Aguiar-Branco**, o Ministro Adjunto e do desenvolvimento regional, **Miguel Poiares**

Maduro, o antigo ministro da Economia e do Emprego, **Álvaro Santos Pereira**, o Presidente da Câmara Municipal do Porto, **Rui Rio**, e todos os Deputados portugueses do PPE no Parlamento Europeu.

Durante a Universidade de Verão foi feita uma **homenagem a Francisco Lucas Pires**, antigo Deputado e Vice-Presidente do Parlamento Europeu, por ocasião do 15º aniversário do seu falecimento.

Tratou-se da segunda vez que uma cidade portuguesa acolhe o evento; a primeira foi em 2005, em Lisboa. A organização das Universidades de Verão iniciou-se em 2002, em Oxford, seguindo-se El Escorial em 2003, Lisboa em 2005, Lyon em 2006, Varsóvia em 2007, Fiuggi em 2008, Viena em 2009, Budapeste em 2010, Bucareste em 2011 e Berlim em 2012. 

Paulo Rangel no último debate sobre o Estado da União antes das Europeias 2014: *“Países sob assistência precisam de mais sinais de coesão”*

O Deputado ao Parlamento Europeu, Vice-presidente do Grupo PPE e Chefe da Delegação Portuguesa do PSD, Paulo Rangel, lançou um desafio ao Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, pedindo *“mais solidariedade e mais coesão para os países que têm dado bons exemplos de implementação de reformas estruturais”*.

Em resposta a Paulo Rangel, Durão Barroso, sublinhou: *“os países que têm estado sob o programa de ajustamento têm feito um esforço notável e por isso me referi a eles na minha intervenção inicial. O exercício da solidariedade e da responsabilidade são essenciais numa União verdadeiramente digna desse nome.”*

Paulo Rangel fixou ainda uma meta estratégica para o futuro das relações externas da UE, referindo-se à Síria: *“Quando a solução que nós temos para escolher é entre a ditadura e o terrorismo, os valores ocidentais saem reforçados, e por isso uma parceria séria,*



económica, de abertura de mercados com os Estados Unidos, relançando a centralidade do atlântico, penso que é o projeto que pode relançar também a solidariedade europeia. Considero que é fundamental apostar seriamente no aprofundamento da parceria com os Estados Unidos. A gestão da situação Síria tem demonstrado quão importante é reforçar os laços transatlânticos.”

Durante o debate sobre o Estado da União que decorreu na sessão plenária de Estrasburgo, Paulo Rangel felicitou ainda o presidente da Comissão, José Manuel Barroso, pelo trabalho realizado nos últimos 5 anos: *“como português e como membro do PPE queria dizer tenho orgulho no trabalho realizado pela Comissão, e em particular pelo senhor Presidente Durão Barroso.”*

Este debate foi o último debate sobre o Estado da União antes das eleições europeias. 

Regina Bastos alerta para impacto da crise no acesso dos grupos mais vulneráveis aos cuidados de saúde

“É preciso evitar que as medidas de austeridade, que reduzem o orçamento destinado aos sistemas públicos de saúde, levem também a acentuar as desigualdades no acesso aos cuidados de saúde.”

No debate que teve lugar na Sessão Plenária em Estrasburgo, a Deputada **Regina Bastos**, salientou o impacto da crise no acesso dos grupos mais vulneráveis aos cuidados de saúde. Na sua intervenção, Regina Bastos, sublinhou que *“temos a responsabilidade de acabar com esta espiral do aumento do desemprego e da pobreza que dificultam o acesso aos serviços de saúde e que leva muitos a não conseguir comprar todos os medicamentos de que precisam e a aceder a cuidados médicos”*.

A Eurodeputada Regina Bastos salientou que *“é preciso evitar que as pessoas mais afetadas sejam as mais carenciadas e frágeis justamente aquelas que merecem maior e melhor protecção”*.

A Deputada europeia defendeu ainda que *“o Fundo Social Europeu é um instrumento importante para evitar a deterioração dos serviços de saúde nos Estados-Membros e garantir que não se desinveste nos sectores sociais e da saúde”*.

Ao terminar a sua intervenção, a Deputada Regina Bastos salientou que *“a protecção e a promoção da saúde devem assim continuar a ser uma prioridade para os Estados-Membros. A qualidade, a longevidade e a dignidade da vida humana assim o exige”*. 



Carlos Coelho contra programa de vigilância PRISM defende em Estrasburgo a privacidade dos cidadãos europeus

O Parlamento Europeu debateu, em Estrasburgo, o **programa de vigilância na Internet dos EUA, PRISM**, e as suas consequências para a privacidade e os direitos fundamentais dos europeus. **Carlos Coelho** interveio no debate condenando veemente a violação abusiva de dados e informações dos cidadãos europeus.

O social-democrata recordou à câmara dos eurodeputados *“que há 12 anos, presidi a uma Comissão deste Parlamento sobre o caso ECHELON (envolvendo os Estados Unidos, o Reino Unido, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia)”* tendo ficado provado que, na pós-guerra fria, as autoridades norte-americanas reorientaram os seus dispositivos para a espionagem industrial e económica lesando a Europa e prejudicando os cidadãos europeus.

Para Carlos Coelho *“o Programa americano PRISM, a convicção da Microsoft, Yahoo, Google, Facebook, Apple, Youtube, Skype,*



PalTalk e Aol, o Programa britânico Tempora e o escândalo da espionagem feita em instalações diplomáticas ultrapassaram todos os limites!



Os cidadãos receiam com razão que os seus dados em poder das empresas possam ser utilizados de forma abusiva e perguntam-se se esta é a forma como os americanos lidam com os seus aliados”.

O eurodeputado membro efectivo da Comissão das Liberdades, Justiça e Assuntos Internos frisou a urgência de acelerar a reforma da legislação europeia na área da protecção de dados tendo afirmado que *“razão tem a Vice-Presidente Reding quando sublinha a urgente necessidade de adoptarmos um quadro forte e rigoroso de protecção de dados”* arguindo que *“pre-*

cisamos de normas fortes e claras que obriguem as empresas a respeitar as normas europeias quando vendem produtos e serviços aos consumidores da UE. Temos de impedir a transferência internacional de dados sem restrições garantindo sempre o controlo judicial e a possibilidade de recurso.

Ao terminar Carlos Coelho apelou a uma posição forte do PE nesta matéria ao afirmar “espero que este Parlamento seja firme e que todas as outras instituições europeias não vacilem. Temos o dever de proteger os nossos cidadãos!”

Paulo Rangel defende *"discriminação fiscal positiva"* para os países sob ajustamento

Paulo Rangel representou o grupo PPE, o maior partido político do Parlamento Europeu, na conferência de Presidentes de Grupos Parlamentares que contou com a presença do Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso e do Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy.

O Deputado ao Parlamento Europeu, Vice-Presidente do Grupo PPE e Chefe da Delegação Portuguesa do PSD, Paulo Rangel interveio na Conferência de Presidentes de Grupos Parlamentares em representação do Grupo PPE, inaugurando a primeira ronda de questões colocadas pelos presidentes dos grupos políticos ao Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso e ao Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy.

Paulo Rangel fez **uma intervenção sobre "questões económicas e fiscais"** pronunciando-se em particular sobre o tema principal da última Cimeira, a *"evasão fiscal"*.

Na sua intervenção Paulo Rangel fez uma referência à actual situação portuguesa sugerindo a criação de um **"regime fiscal temporário mais favorável"** para os países sob ajustamento, o que pode ter impacto directo em Portugal, que neste momento quer rever em baixa o regime fiscal do IRC e das empresas.

Paulo Rangel acrescentou: ***Esta "homogeneidade" fiscal da União – e em particular da "zona euro" – não impede nem deve impedir a criação de "incentivos fiscais" ou de "zonas de discriminação fiscal positiva"***. O problema hoje é que temos esta disparidade e divergência fiscal na União – sem racionalidade, sem transparência, sem critérios. Falando, aliás, dos países em maiores dificuldades, dos países sob ajustamento e assistência financeira – como é o caso do meu país, Portugal defendo e sustento que haja *"derrogações fiscais"* – designadamente em sede de imposto sobre a empresas – como incentivo ao investimento europeu e externo, ao crescimento e à criação de emprego. "



Paulo Rangel fez uma intervenção sobre "questões económicas e fiscais" pronunciando-se em particular sobre o tema principal da última Cimeira, a "evasão fiscal".

O Deputado fez ainda um apelo a uma maior aproximação dos regimes fiscais na União Europeia sublinhando que ***"a união económica só será concretizada com uma verdadeira harmonização fiscal"***. Paulo Rangel salientou ainda que é fundamental haver ***"maior firmeza da UE rela-***

tivamente aos paraísos fiscais". Além de Paulo Rangel, intervieram na Conferência de Presidentes, o Presidente do Conselho Europeu, **Herman van Rompuy**, o Presidente da Comissão Europeia, **José Manuel Barroso** e os presidentes dos restantes Grupos Parlamentares. 

Concentração de esforços para acabar com flagelo do elevado número de mortes em acidentes agrícolas

No Seminário “*Acidentes com Tratores: como prevenir...*”, que juntou em Vila Verde responsáveis de diferentes instituições e autoridades, foi debatida a problemática em torno dos acidentes com tratores agrícolas e a elevada frequência de mortes. O Eurodeputado **José Manuel Fernandes**, que lamenta a falta de dados estatísticos sobre o flagelo, defende uma união de esforços para alterar a situação, não só em Portugal, mas também no resto da UE.

O Eurodeputado José Manuel Fernandes lançou um desafio para a concertação de esforços das diferentes entidades para encontrar respostas e ações concretas que permitam travar o flagelo do elevado número de mortes em acidentes agrícolas.

No seminário “*Acidentes com Tratores: como prevenir...*”, que teve lugar em Vila Verde, José Manuel Fernandes salientou que não podemos ficar indiferentes às elevadas taxas de mortalidade no setor, com repercussões especialmente graves nos distritos de Braga e Viana do Castelo.

“Estão em causa vidas humanas. Devemos fazer tudo o que for possível para erradicar este problema, seja através da introdução de medidas legislativas e normas mais exigentes, seja garantindo os fundos de apoio necessários para que os equipamentos possam ter melhores condições de segurança”, defendeu José Manuel Fernandes, dando conta dos números dramáticos.

A mortalidade em acidentes com tratores agrícolas chega a ser oito vezes superior aos acidentes registados com outro tipo de veículos: em cada 100 acidentes, há 8 mortos quando se trata de Veículo agrícola, enquanto o número baixa se for em motociclo (3), ciclomotor (2), veículo pesado (1) ou automóvel ligeiro (1), segundo números relativos à década 2000-2009, da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR). Nesse período, registaram 380 mortos em



3576 acidentes com veículos agrícolas, sendo o capotamento a situação mais comum (71% dos casos). Os mais idosos, a partir dos 60 anos, são as maiores vítimas.

O registo de mortos é particularmente alto no Minho, sendo das regiões com números mais altos no país – como confirmou o comandante da GNR de Vila Verde, Vítor Esteves, e responsáveis da Autoridade para as Condições do trabalho (ACT) –, com a agravante de Portugal revelar já um dos maiores índices de mortandade neste setor no contexto europeu, só ficando atrás da Grécia, como sublinhou José Manuel Fernandes.

Num esforço conjunto para alterar o cenário negro da situação, o eurodeputado José Manuel Fernandes lançou o desafio para uma concertação de esforços na identificação de problemas e soluções, de forma a lançar depois um trabalho para introduzir medidas legislativas

e assegurar apoios para reforçar equipamentos de segurança e prevenção.

“Os fundos comunitários devem garantir apoios para garantir que, em caso de não haver possibilidade de renovação de frota, os veículos mais antigos possam ser adaptados e equipados de acordo com as normas de segurança e exigência ambiental em vigor para os mais recentes”, sustentou José Manuel Fernandes, lembrando que o arco de proteção sobre o condutor de trator só é obrigatório para homologados depois 1993.

Os apelos à concertação de esforços para travar o elevado número de mortes em acidentes agrícolas mereceram também a atenção do presidente da Câmara de Vila Verde, António Vilela, e da vereadora Júlia Fernandes, assim como do diretor da delegação de Braga da ACT, Emanuel Gomes, dos presidentes da Atahca, Mota Alves, e da Caviver, Manuel Moreira, que participaram também no seminário.

Carlos Coelho contra a criminalidade organizada e branqueamento de capitais

O Parlamento Europeu aprovou, em Estrasburgo, o Relatório sobre a **criminalidade organizada, a corrupção e o branqueamento de capitais**, que contou com o apoio do **Deputado Carlos Coelho**.

O relatório intercalar aprovado resulta da constituição de uma Comissão parlamentar especial para o efeito - Comissão Especial sobre a Criminalidade Organizada, a Corrupção e o Branqueamento de Capitais (CRIM) - criada em Março de 2012 e que tem como objectivo o estudo e a análise dos fenómenos criminais, bem como a elaboração de um plano de luta orgânico e estruturado a nível da União Europeia.

Carlos Coelho sublinhou, em Estrasburgo, que **“a criminalidade organizada deixou de ser um fenómeno historicamente e territorialmente delimitado, em que as organizações criminosas têm alargado gradualmente as suas áreas de influência tirando partido das novas oportunidades oferecidas pela ausência de controlos nas fronteiras internas da UE, pela globalização económica e pelo progresso tecnológico, tirando vantagem dos consideráveis recursos financeiros acumulados através das suas actividades ilícitas (com especial destaque para o tráfico de seres humanos, órgãos, armas, drogas, e situações de exploração e trabalho forçado) constituindo, assim, uma verdadeira ameaça à segurança e à prosperidade dos cidadãos.**

Apesar da UE ter vindo a adoptar vários instrumentos jurídicos com o objectivo de combater eficazmente o crime organizado transnacional, **continuam a existir enormes diferenças entre os Estados-Membros**, o que põe em causa a eficácia desse combate, pelo que é necessário assegurar uma maior harmonização e uma maior coordenação entre eles.

Os eurodeputados instaram a Comissão Europeia a definir normas jurídicas e modelos comuns de integração e de cooperação entre os Estados-Membros e solicitaram a criação de uma proposta legislativa para a criação de um programa de protecção de denunciantes da UE que também cobriria testemunhas e informantes.



O Deputado social-democrata frisou de igual modo que **“o branqueamento de capitais está ligado não só às actividades típicas da criminalidade organizada, mas também à corrupção e aos crimes fiscais. Para que possa existir um combate eficaz deverá ser criado um quadro legislativo coerente e homogéneo, prevenindo sanções proporcionadas e dissuasoras, bem como um reforço da cooperação judicial e policial ao nível europeu e internacional”** devendo também a luta contra a corrupção, no sector público e privado, **“ser colocada no topo da agenda política, sob a vertente dupla da repressão e da prevenção,**

reforçando as regras de incompatibilidades, a transparência, o controlo dos financiamentos e da captação de fundos” (a corrupção custa cerca de 120 mil milhões de euros por ano, na UE, enquanto a nível internacional esse custo eleva-se a quase 1 bilião de euros).

O Parlamento Europeu recomenda também a criação de uma Procuradoria Europeia, tal como proposto no artigo 86.º do TFUE, em particular para combater, investigar, processar e levar a tribunal crimes contra os interesses financeiros da União Europeia, assim como as infracções graves de natureza transfronteiriça. 

Recursos naturais são estratégicos para crescimento económico e emprego

Em visita às Minas da Borralha, o Eurodeputado **José Manuel Fernandes** salienta a importância estratégica das riquezas e dos recursos naturais do Minho e do interior nortenho para a competitividade de Portugal no contexto europeu e global.

O Eurodeputado José Manuel Fernandes aponta o **aproveitamento das enormes potencialidades dos recursos naturais** disponíveis em **Portugal**, e de modo particular **na região do Minho e do interior nortenho**, como estratégia privilegiada para impulsionar o crescimento económico e a promoção do emprego, favorecendo simultaneamente a coesão territorial e a sustentabilidade ambiental.

Em visita às **Minas da Borralha**, onde decorrem prospeções para exploração de **volfrâmio** e projetos para a **rentabilização turística** e de **produção energética**, José Manuel Fernandes sublinhou ainda o grande impacto do bom aproveitamento dos recursos naturais no contexto da União Europeia e da economia mundial.

“Finalmente, Portugal voltou a olhar para as suas riquezas e recursos naturais” como **“recursos que temos de aproveitar para criarmos riqueza e emprego, aumentarmos o PIB nacional e reforçarmos a nossa competitividade”**, afirmou o eurodeputado no final da visita às Minas da Borralha - uma vasta área natural situada em Salto, Montalegre, e que já foi um dos maiores centros económicos do país, com mais de 3 mil trabalhadores envolvidos.

Acompanhado por responsáveis investigadores, geólogos, líderes empresariais e responsáveis das autarquias locais, José Manuel Fernandes salientou os fatores que podem levar a que as Minas da Borralha voltem a assumir **um lugar estratégico na economia mundial**.

Conforme explicou o eurodeputado, a União Europeia define **catorze matérias-primas consideradas ‘críticas’**: antimónio, berílio, cobalto, espatoflúor, gálio, germânio, grafite, índio, magnésio, nióbio, metais do grupo da platina, metais de terras raras, tântalo e tungsténio (volfrâmio). Atualmente, a China é principal produtor mundial de volfrâmio. Neste sentido, José Manuel Fernan-



des sublinha a importância das prospeções que estão neste momento a ser feitas na zona das antigas Minas da Borralha e que se traduzirão **“em emprego para a região e aumento do PIB de Portugal e reforço da sua competitividade”**.

*“Estas matérias-primas são **cruciais para a indústria europeia**, que poderá ser obrigada a suspender a produção na UE se as matérias-primas necessárias não puderem ser importadas ou se forem tão dispendiosas que a competitividade internacional das empresas europeias sofra com isso”*, alertou o eurodeputado. Em seu entender, **“é essencial que a indústria europeia continue a desempenhar um papel de vanguarda no domínio das novas tecnologias e da inovação, pelo que há que assegurar o melhor acesso das empresas às matérias-primas. É que as matérias-primas são uma componente essencial, tanto para os produtos de alta tecnologia como para os de consumo corrente. Todavia, a sua disponibilidade está sujeita a pressões cada vez maiores”**.

Terra rica em histórias e experiências de vidas

Na visita às Minas da Borralha, José Manuel Fernandes constatou o estado de **“um valioso património, de grande potencialidade, que pode servir novamente como motor de desenvolvimento para toda a região envolvente”**, salientando a ligação desta área ao Minho e à sua população rural. Mostrou-se ainda convicto que os próximos fundos comunitários poderão financiar a recuperação do passivo ambiental e das habitações das antigas minas. Defendeu a revitalização e a manutenção do espaço natural associadas à rentabilização turística, de uma



área privilegiada para o turismo de natureza, de lazer e desporto.

Acompanhado por uma comitiva que integrou o presidente e o vice-presidente da Câmara Municipal, Fernandes Rodrigues e Orlando Alves, e elementos da Junta da freguesia, nomeadamente o presidente Alberto Fernandes e o secretário Carlos Magalhães, o eurodeputado pôde ainda apreciar as marcas e os registos de uma terra rica em histórias e experiências de vidas muito intensas e variadas, com gentes dedos mais diversos pontos da região e até do país.

As minas da Borralha, desde o início do século XX até aos anos 70, foram um ponto de refúgio para muitos minhotos que optaram por não emigrar. Para além das gentes do Barroso e das terras de Basto, muitas famílias de todo o Minho ali confluíram, desde Famalicão e Guimarães a Esposende, Vila Verde, Póvoa de Lanhoso e Viana do Castelo. São essencialmente famílias originárias destes concelhos que ocuparam e ainda hoje vivem nos bairros construídos pela antiga empresa exploradora das minas.

As minas chegaram a empregar diretamente 1.800 pessoas e a mobilizarem mais de 3 mil pessoas em empregos diretos e trabalhos contratados. As primeiras explorações surgem no final do século XIX, com as primeiras concessões a verificarem-se em 1902-1904, ganhando grande importância no períodos das duas guerras mundiais, por força da corrida ao armamento, e sendo alvo de disputa por várias empresas europeias, tendo os franceses assumido o domínio. Encerraram em 1986.

Reforma da Política de Coesão para 2014 a 2020 aprovada no PE

Nuno Teixeira considera as perspectivas financeiras do próximo Quadro de Apoio positivas para a Madeira. **A Comissão do Desenvolvimento Regional** do Parlamento Europeu, do qual o Eurodeputado Nuno Teixeira é Membro, **aprovou os regulamentos relativos aos fundos estruturais** para o próximo período plurianual de 2014 a 2020. O regime de financiamento ao abrigo dos vários fundos, como o FEDER e o Fundo de Coesão, o regime da cooperação territorial europeia bem como um regulamento geral comum a todos os fundos estruturais, foram adoptados pela Comissão responsável no Parlamento Europeu e integram o resultado de vários e longos meses de negociações entre o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão.

Este pacote legislativo reformado vigorará a partir de 1 de Janeiro de 2014 e está sobretudo orientado para apoiar o crescimento das regiões europeias, com base na inovação e na competitividade. As regras aprovadas trarão mais segurança na implementação dos programas e dos projectos nas regiões, sem esquecer

a flexibilidade necessária para uma aplicação efectiva da política de coesão e uma utilização eficiente dos recursos disponíveis.

Para Nuno Teixeira, **“as perspectivas financeiras para a Região Autónoma da Madeira são mais positivas do que se previa na proposta inicial da Comissão, continuando, na posição agora reiterada no Parlamento, a estar garantidos 80% dos apoios actualmente existentes para as Regiões Ultraperiféricas que sejam regiões em transição e mais desenvolvidas, como é o caso da Madeira, com base numa rede de segurança que defendi e apoiei ao longo dos últimos meses”**. Além disso, **as taxas de co-financiamento** no âmbito da alocação específica adicional das Regiões Ultraperiféricas **passam de 50% a 85%**, existindo doravante uma uniformização das taxas de co-financiamento, tal como o Eurodeputado tinha proposto no seu Relatório no Parlamento Europeu há um ano atrás. Nuno Teixeira dá ainda também a novidade de que há um alargamento da elegibilidade das infra-estruturas de transporte no regulamento

geral, pelo que o financiamento passa assim, a incluir o transporte ferroviário, marítimo (por rio e por mar), sistemas de transportes intermodais e o transporte urbano, ao abrigo do fundo de coesão. **“Uma das principais surpresas saídas das negociações foi a eliminação da concentração temática para as Regiões Ultraperiféricas no âmbito do regulamento do FEDER, o que é deveras positivo para a Região”**, afirma o Eurodeputado madeirense. Ao nível da cooperação territorial europeia, o panorama melhorou imenso para a Região, pois, como explica Nuno Teixeira, **“Conseguimos não só um aumento das verbas disponíveis no envelope total ao abrigo deste objectivo, mas também uma excepção ao limite dos 150km para podermos participar e ser financiados nos programas de cooperação transfronteiriça, dos quais temos ficado, em razão deste critério de distância, afastados nos últimos anos”**.

As negociações continuam agora nos próximos meses, entre o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão, estando o voto final deste dossier agendado para a sessão plenária de Outubro, em Estrasburgo. 

José Manuel Fernandes reclama novos fundos comunitários para prevenção e combate aos fogos

O Eurodeputado **José Manuel Fernandes** em plenário do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, defendeu a disponibilização dos fundos do próximo quadro financeiro da União Europeia para **medidas de prevenção e combate aos incêndios florestais**.

Chamando a atenção para os incêndios que neste Verão **“voltaram a destruir vidas humanas e florestas”** com particular destaque para a morte de oito bombeiros e a extensa área ardida em Portugal – incluindo novamente o Parque Nacional da Peneda-Gerês –, José Manuel Fernandes defendeu uma ação mais

determinada e concreta da União Europeia contra este flagelo.

“É inquestionável a importância estratégica, económica, social e ambiental das florestas na União Europeia”, apontou o eurodeputado, que integra no parlamento Europeu a comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar (ENVI), para além da comissão dos Orçamentos.

Nesse sentido, José Manuel Fernandes sustentou que se **“impõe uma política europeia ambiciosa, eficaz e mais interventiva, no campo da prevenção e no domínio do combate**

aos fogos, onde é possível uma maior partilha e coordenação”. Em seu entender, **“os fundos europeus para 2014/2020 devem permitir apoiar e estimular medidas de intervenção e prevenção, assim como as necessárias políticas de reflorestação que tragam valor económico e ambiental”**.

“São investimentos que devem ter como objetivo rentabilizar as florestas e simultaneamente promover a biodiversidade e combater as alterações climáticas”, esclareceu José Manuel Fernandes, que fez ainda questão de manifestar a **“solidariedade com as famílias das vítimas e com as pessoas afetadas por este flagelo”**. 



Criar 50 mil empregos até 2015 é um dos objetivos principais do programa. O Horizonte 2020 tem um orçamento de 70.200M€. Desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação é um dos três pilares estabelecidos no programa.

As negociações do **Horizonte 2020** entre o **Parlamento Europeu, o Conselho Europeu e a Comissão Europeia**, finalizaram a semana passada em Bruxelas. As reuniões entre as três instituições, ou **“trílogos”**, começaram em Janeiro de 2013 e concluíram com sucesso.

O **Relatório do Programa Específico de Execução do Horizonte 2020** da autoria de **Maria da Graça Carvalho, reage** ao documento que a Comissão Europeia apresentou em 30 de Novembro de 2011 e define em detalhe as temáticas prioritárias para a investigação e inovação para o período de 2014-2020. As três prioridades estabelecidas no Horizonte 2020: a **«Excelência Científica»**, a criação de **«Liderança Industrial»** e respostas aos **«Desafios Societais»**. O texto foi **aprovado por unanimidade** na reunião da Comissão de Indústria, Investigação e Energia do Parlamento Europeu



Horizonte 2020

Grande prioridade:

em Novembro do ano passado.

Para a Deputada europeia *“este programa é o instrumento de financiamento mais importante do mundo para inovação e investigação. O Horizonte 2020 é crucial para a Europa sair da crise. Se a Europa quer crescer tem de ser competitiva em inovação e investigação.”*

O próximo Programa Quadro de Investigação e Inovação foi desenhado com um **orçamento** na base dos **70.200M€**, o qual foi aumentado consideravelmente em relação ao anterior Programa, de 52 mil milhões de euros. O valor final está sujeito às negociações do Orçamento Global Europeu que decorrem neste momento.

Grande prioridade: **O emprego dos jovens investigadores**

O Programa Horizonte 2020 tem como grande prioridade o emprego dos jovens investigadores. A eurodeputada Maria da Graça Carvalho, como relatora do Programa Específico **introduziu um conjunto de alterações na proposta inicial da Comissão que têm impacto directo na criação de emprego:**

• **Vouchers de Inovação:** *“Uma forma simples e rápida de financiamento para criação de start-ups ou para PME existentes desenvolverem produtos inovadores”* afirma Graça Carvalho.

• **Bolsas Marie Sklodowska Curie, incluindo Bolsas de Retorno:** As bolsas de estudo Marie Sklodowska Curie serão reforçadas. *“Estas bolsas, sublinha a relatora, promovem a transferência de tecnologia e conhecimento, a mobilidade dos investigadores, as sinergias com outras políticas e/ou instrumentos e a criação de subsídios de retorno para a reintegração de investigadores depois de uma experiência internacional, apoiando o estabelecimento de investigadores em zonas geográficas menos inovadoras”*

Elementos sobre emprego no Horizonte 2020

O Horizonte 2020 é o programa que implementa a política Europeia de Investigação e Inovação no período de 2014-2020. Esta política deriva da Estratégia Europa 2020 - Estratégia para um crescimento inteligente sustentável e inclusivo.

Um dos 3 pilares desta política é o **Crescimento inteligente - desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação**. Para este efeito a **Europa deverá investir 3% do seu PIB em Investigação e Inovação até 2020**.

Simulações macroeconómicas indicam que o impacto destas políticas na criação de emprego é o seguinte:

- Investimento em ciência e inovação de 3% do PIB **em 2020; aumento de emprego de 1.5%;**
- Investimento em ciência e inovação de 5.4% do PIB **em 2025; aumento de emprego de 2.5%;**
- 1% de aumento do investimento em ciência e inovação leva a um aumento de 0,2% na produtividade;
- Por cada euro investido em ciência e inovação, há um retorno de entre 4 a 7 euros;
- As empresas participantes no Programa-Quadro Europeu de ciência e inovação patenteiam 3 vezes mais que as restantes;
- **O Horizonte 2020, com um orçamento de 70.200M€, vai criar 50 mil empregos até 2015**

Por cada 1.000M€ investidos no Horizonte 2020:

- 4.000 PME inovadoras são financiadas;
- 600 Investigadores de excelência e as suas equipas são financiados;

O emprego dos jovens investigadores



- 240 Projectos de grande dimensão com 2.600 participantes da indústria e academia são financiados;
- 2500 Bolseiros Marie-Sklodowska Curie são financiados;
- Mais 13.000M€ de valor acrescentado na indústria

A proposta inicial da Comissão para o Horizonte 2020

O Horizonte 2020 será o **maior programa a nível mundial para a Investigação e a Inovação**. Este programa europeu será o sucessor dos programas 7º Programa Quadro de Investigação e Programa Quadro para a Competitividade e Inovação (CIP), mas tem uma **abordagem inovadora**. Este programa **visa cobrir todo o ciclo de inovação, desde a ideia até à entrada do produto no mercado**. Esta ligação entre a investigação aplicada e a comercialização do produto pretende vencer o chamado **“vale da morte”** que impede muitas vezes que o resultado da investigação científica chegue ao

mercado. **Esta estratégia contribuirá para aumentar o crescimento das economias europeias e o emprego.**

A proposta da Comissão Europeia contempla um **orçamento de 80 mil milhões de Euros a executar entre 2014 - 2020.**

O Horizonte 2020 está dividido em três pilares que visam atingir os seguintes objectivos:

- **Fortalecer a investigação de topo na Europa**, financiando ideias e investigadores excelentes em todas as fases da sua carreira e apoiando infra-estruturas de investigação.
- **Reforçar a liderança industrial europeia**, nomeadamente em tecnologias-chave como as tecnologias de informação e comunicação, nanotecnologias, materiais, processos de fabrico e tecnologias espaciais. O acesso a capital por parte das empresas e o apoio a PMEs têm especial enfoque neste pilar.
- Contribuir para **enfrentar os grandes desafios que a nossa sociedade enfrenta**

nas áreas da saúde e envelhecimento activo, segurança alimentar, energia segura, eficiente e não poluente, transportes sustentáveis e mobilidade, alterações climáticas, promover sociedades inclusivas e inovadoras e a sua segurança.

Participação da Indústria no Programa-Quadro de I&D

Nos últimos anos a participação da indústria nos programas europeus de ciência e inovação tem vindo a decair. O Horizonte 2020 pretende contrariar este efeito, nomeadamente, **incentivando a intervenção activa das pequenas e médias empresas europeias - essenciais para a melhoria da competitividade da economia**. A especificidade dos sectores em que as PMEs actuam e o tipo de actividade que as mesmas desenvolvem dentro deles será tomada em consideração e o acesso aos programas de incentivos será simplificado.

Instrumentos Financeiros

Uma componente importante do Horizonte 2020 é o acesso a crédito bancário para projectos inovadores. O Programa Quadro Horizonte 2020 estabelecerá dois mecanismos, o **«Mecanismo de Capital Próprio»** e o **«Mecanismo de Dívida»**, compostos por várias vertentes. O Mecanismo de Capital Próprio e a vertente PME do Mecanismo de Dívida serão implementados como parte integrante dos instrumentos financeiros da UE que proporcionam investimento em capital próprio e dívida a fim de apoiar a I&D e o crescimento das PME.

O Mecanismo de Capital Próprio e o Mecanismo de Dívida podem, quando adequado, permitir congregar recursos financeiros com os Estados-Membros que desejem contribuir com parte dos Fundos Estruturais que lhes são atribuídos, em conformidade com o artigo 31.º, n.º 1, alínea a), do Regulamento do Conselho relativo aos Fundos Estruturais.

Em lugar de conceder empréstimos, garantias ou capitais próprios, etc., directamente aos beneficiários finais, a Comissão delegará em instituições financeiras a missão de apoio através, nomeadamente, da partilha de riscos e de regimes de garantia e de investimentos de capital próprio ou de quase-capital próprio. 

A Europa não pode negociar a Democracia e os seus valores fundamentais!

Mario David MPE sobre o pedido de atribuição do estatuto SPG+ ao Paquistão

O Eurodeputado **Mário David**, Vice-Presidente do PPE, questionou a Comissão através de uma pergunta prioritária, se considera que o **Paquistão** cumpre os critérios definidos no artigo 21 do Tratado da UE, bem como os constantes do artigo 9.1(b) do Regulamento do SPG (Sistema de Preferências pautais Generalizadas) da União Europeia, de forma a que lhe possa ser atribuído o estatuto SPG+ (ou seja, suspensão total dos direitos aduaneiros aplicáveis às suas exportações para a UE, para uma série de produtos indicados no anexo IX do referido regulamento). O eurodeputado do PSD decidiu ainda objectar formalmente o Acto delegado (único) da Comissão que permitiria a atribuição do estatuto SPG+ ao Paquistão.

Na pergunta efectuada, Mário David questiona especificamente:

1. *Terá a UE modificado os seus critérios para as relações com países terceiros, não dando notícia ao Parlamento Europeu destas alterações?*
2. *Caso não o tenha efectuado, considera a Comissão Europeia que o Paquistão cumpre os critérios constantes do artigo 21 do TUE e do artigo 9.1 (b) do Regulamento SPG No 978/2012?*

Esta pergunta vem na sequência da apresentação por parte da Comissão Europeia aos Estados-Membros de um projecto de Ato Delegado que visa, entre outros, a inclusão da candidatura do Paquistão ao SPG+ da União Europeia.

Mário David, considera que *“a decisão da Comissão de apresentar todas as candidaturas num ato delegado único (num ‘pacote’ de países) inviabiliza uma apreciação objectiva e individualizada de cada um desses países, tornando o trabalho de avaliação do Parlamento Europeu impossível, ao colocar dentro do mesmo ‘pacote’ realidades tão diversas quanto as dadas por países de diferentes continentes, sendo uns ilhas e outros países continentais, com situações económico-financeiras, sociais, culturais,*



ambientais e a nível da sua própria governança completamente distintas”.

Preocupado, também, com o impacto desta inclusão precipitada do Paquistão no SPG+ para Portugal, o Eurodeputado acrescenta *“caso esta proposta da Comissão entre em vigor, os setores dos têxteis, vestuário e calçado do nosso país poderão vir a ser fortemente penalizados, colocando em causa os resultados obtidos por Portugal, outros Estados-Membros e pelo Parlamento Europeu em 2012, no quadro da discussão sobre a concessão de preferências comerciais autónomas ao Paquistão”.*

Convencido de que existem falhas cruciais na aplicação pelo Estado Paquistanês de diversas Convenções Internacionais na área dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais e que o Paquistão não reúne as condições necessárias para beneficiar do SPG+ devendo, por isso, a sua candidatura ser apreciada isoladamente, o eurodeputado português decidiu ainda objectar formalmente na Comissão de Comércio Internacional o Acto Delegado (único) da Comissão que permitiria a atribuição ao Paquistão do estatuto SPG+. Será agora votada uma Resolução na Comissão de Comércio Internacional, que caso seja aprovada em sede de Comissão será posteriormente votada em Plenário.

Regina Bastos intervém no plenário de Estrasburgo no debate dedicado ao combate ao desemprego dos jovens: soluções possíveis

“O desemprego dos jovens na União Europeia atingiu níveis alarmantes, seis milhões de jovens desempregados e mais de sete milhões e meio de jovens que não trabalham, não estudam nem seguem qualquer formação.



O sul da Europa está a ser particularmente atingido. Na Grécia e em Espanha mais de metade dos jovens não têm emprego. No meu País, Portugal, a taxa de desemprego juvenil permanece superior a 37%. O desemprego dos jovens tem um impacto profundo nas pessoas, na sociedade e na economia. Por isso não nos podemos resignar ao facto de a geração mais qualificada de sempre estar a ser afastada e de não lhe ser permitido participar no crescimento económico de que a Europa tanto necessita.

Não podemos abandonar os nossos jovens e não podemos desperdiçar os nossos recursos humanos e os nossos talentos. Não nos podemos conformar em perder esta geração. A situação exige uma resposta rápida por parte da União Europeia. Por isso aplaudo o plano de combate ao desemprego jovem, que deve ser aplicado com muito vigor político e meios financeiros adequados. Saliento a garantia para a juventude para que todos os jovens até aos 30 anos que não se encontrem a estudar, a trabalhar ou em formação, voltem, no prazo de 4 meses, a ter trabalho ou a frequentar um programa de ensino ou de formação.

Saliento também a reforma do portal EURES como apoio à mobilidade na União e também a criação de um quadro de qualidade para os estágios e a aliança para a aprendizagem para facilitar a transição do ensino para o trabalho.

Para além disso é preciso que os sistemas educativos dos Estados Membros sejam mais ágeis a colmatar as lacunas e a antecipar as necessidades do mercado de trabalho em matéria de competências.”

“Criar uma associação para fomentar turismo náutico”

O representante da Associação Espanhola de Estações Náuticas, Rafael Moreno Sanchez, e o director das Estações Náuticas em França, Alain Auton, estiveram, na Região, a convite do eurodeputado **Nuno Teixeira**, para um conjunto de iniciativas com entidades públicas e privadas. À margem de uma reunião, no Hotel Quinta do Lorde, o eurodeputado defendeu a **criação de uma associação portuguesa de estações náuticas na Madeira**, com o intuito de desenvolver o turismo náutico, tirando partido do trabalho em rede.

Nuno Teixeira referiu que estas duas associações de estações náuticas fazem parte da Federação Europeia de Destinos Náuticos e que a ideia foi reunir clubes, associações e empresas do ramo para apresentar o conceito das estações náuticas, explicar como funcionam, qual a ligação com a Federação Europeia e quais os benefícios que a Região pode recolher do facto de estar ligada, em rede, a estas entidades.

“A ideia é nós, a partir da Madeira, criarmos a Associação Portuguesa das Estações Náuticas e depois filiarmo-nos na Federação Europeia”, explicou, garantindo que há benefícios evidentes desta ligação, já que passariam a trabalhar de forma coordenada, com uma entidade que está habituada a olhar para os programas europeus e forçaria a um maior entendimento e coordenação entre entidades regionais.

O eurodeputado afirmou que como, condição da criação da associação e ligação à Federação Europeia, é preciso ter o apoio dos municípios e estar em sintonia com as entidades regionais em termos de promoção turística. *“Há um conjunto de sinergias que podem daqui decorrer que creio que são benéficas para todos”,* frisou.

Em termos turísticos, Nuno Teixeira explicou que o conceito de estações náuticas permite apresentar um destino turístico de uma forma integrada, como um turismo náutico e apontou que tal facilitaria o contacto entre entidades do sector náutico e a coordenação dos eventos. *“Eu creio que há um potencial e uma oferta turística que não está a ser devidamente*



aproveitada e que nós, a partir desta ligação à Federação Europeia, podemos beneficiar da experiência que já têm acumulada e ter daqui ganhos evidentes”, frisou.

A criação da associação, dependendo de Nuno Teixeira, *“será uma realidade”,* mas alertou que tudo não se faz sem haver *“o interesse e o compromisso das partes interessadas”*. O eurodeputado disse ainda acreditar que há empresários e entidades que estão seriamente comprometidos com esta ideia. *“Não tenho a aspiração de conseguir, à partida, juntar todos porque isso é difícil, mas creio que, partindo de alguns, pelo menos dos que hoje aqui estão, será possível começar a lançar esta semente à terra e fazê-la crescer e depois, mais tarde, à medida que formos tendo resultados, creio que os outros se juntarão”,* concluiu.

Região com potencial

Rafael Moreno Sanchez, referiu que esta associação já existe desde 1998 e que as estações náuticas em Espanha são um ponto de inflexão da forma de questionar os destinos turísticos. O responsável espanhol recordou que, em 1998, quando a associação apareceu, tudo estava por fazer no que diz respeito ao turismo náutico, mas, neste momento, a tendência é de crescimento acentuado. Do que conhece da Madeira, considerou que a Região tem todas as condições para crescer no turismo náutico. *“A Madeira tem todos os ingredientes para ser o número um para os desportos náuticos”,* venceu.

O director das Estações Náuticas de França, Alain Auton, referiu que, estando a Região na Federação Europeia de Destinos Náuticos, tem logo a **possibilidade de candidatar-se a projectos de cooperação transfronteiriça**. Para além disso, a Madeira pode beneficiar de todos os projectos que existem, neste momento, em curso e que dizem respeito à estratégia do mar para o Atlântico. Para além disso, **Portugal, França e Espanha são três Estados-Membros com regiões ultraperiféricas**, o que abre também uma série de possibilidades em termos de projectos e de candidaturas desses projectos a fundos comunitários. 

Regina Bastos defende igualdade de remuneração entre trabalhadores masculinos e femininos

“Embora o meu país, Portugal, esteja, neste caso, melhor do que a média da União, ainda assim a disparidade salarial em Portugal é superior a 12 %.

Já passaram 30 anos desde a aprovação da directiva relativa à igualdade salarial entre homens e mulheres, como bem lembrou a Sra. Comissária, mas o certo é que ainda hoje as mulheres continuam a ganhar em média menos 16 % que os homens na União Europeia. Muitos objectivos, muitas campanhas e medidas tomadas

nos últimos anos não impediram que as desigualdades salariais entre os géneros continuem e sejam significativas. Para conseguirem ganhar o mesmo durante o ano, as mulheres teriam de trabalhar mais dois meses do que os homens.

Embora o meu país, Portugal, esteja, neste caso, melhor do que a média da União, ainda assim a disparidade salarial em Portugal é superior a 12 %. A crise que se vive está, porém, a dar sinais de que esta situação se pode degradar. Devido àquela disparidade, o risco

de pobreza nas mulheres sempre se revelou mais acentuado do que entre os homens e o impacto nas pensões é também desfavorável para as mulheres.

Assim, Sra. Comissária, termino com a seguinte questão: vai a Comissão continuar a resignar-se com esta situação? Como vai a Comissão aplicar as recomendações e assim dar resposta a um dos problemas mais persistentes e malignos no domínio da igualdade entre homens e mulheres?” 

Patrão Neves e Graça Carvalho satisfeitas com o Horizonte 2020 para os Açores

A Eurodeputada Patrão Neves considerou como **“excelentes para os Açores, pois todas as nossas pretensões foram aceites no relatório da minha colega Graça Carvalho”** o resultado das negociações dos trilogos sobre o Programa Horizonte 2020, que tiveram início em Janeiro de 2013 e que agora se concluíram, ressaltando a importância do **“trabalho em equipa na actividade política”**.

O Relatório do Programa Específico de Execução do Horizonte 2020 da autoria da Eurodeputada Maria da Graça Carvalho, surge no âmbito do documento que a Comissão Europeia apresentou em 30 de Novembro de 2011 e **define em detalhe as temáticas prioritárias para a investigação e inovação para o período de 2014-2020**, definindo **três prioridades**: a **«Excelência Científica»**, a criação de **«Liderança Industrial»** e respostas aos **«Desafios Societais»**.

Segundo Patrão Neves **“este é um documento fundamental para a nossa Região, pois permitirá financiar a inovação e a investigação, nas áreas que considerarmos mais relevantes. Foi neste sentido que convidei a minha colega, relatora deste documento, para participar na audição pública que promovi na**



Universidade dos Açores e onde teve a oportunidade de conhecer as prioridades de investigação para a nossa Região. A partir daqui iniciou-se um intenso trabalho conjunto, tendo sido concluído agora de forma muito positiva para a Região.”

O próximo Programa Quadro de Investigação e Inovação foi desenhado com um orçamento na base dos 70 mil milhões de euros, o qual foi aumentado consideravelmente em relação ao anterior Programa, de 52 mil milhões de euros, abrangendo todas as áreas científicas desde saúde às tecnologias de informação e comunicação, materiais, segurança e energia.

Para a Eurodeputada Patrão Neves **“aspectos como uma linha de investigação autónoma para as questões Marinhas e Marítimas, que congrega**

várias disciplinas associadas ao mar tal como a Biologia, Biotecnologia, Energia, Transportes e Ambiente; investigação em Energias Renováveis, Gestão da Qualidade da Água e reforçadas as Ciências Sociais e Humanas, irá fazer com que se abra um maior leque de possibilidades à investigação Açoriana, em sectores chave para o desenvolvimento sustentável do arquipélago”

Para a Eurodeputada Graça Carvalho **“o programa também tem como prioridades as sinergias com os Fundos Estruturais e o emprego dos jovens investigadores, nomeadamente através da criação de “bolsas de retorno” para evitar o brain drain e os “vouchers de inovação” para os jovens empreendedores, essenciais para a competitividade europeia. No caso dos Açores, estes resultados são o corolário da colaboração da minha colega Patrão Neves, em que conseguimos que todas as pretensões dos Açores ficassem reflectidas no relatório.”**

“O Horizonte 2020 será um programa com regras muito mais simples do que as do 7º Programa Quadro e com um modelo de financiamento mais favorável às instituições de pequena e média dimensão [100% dos custos directos + 25% dos custos indirectos + reembolso do IVA]”, explicou Maria da Graça Carvalho. 

Patrão Neves apela para que as Misericórdias não percam a sua identidade

A Eurodeputada **Patrão Neves** interveio no XII Congresso das Misericórdias dos Açores e da Madeira, subordinado ao tema “Misericórdias Insulares: Que Futuro?”, que decorreu na ilha das Flores, com uma comunicação intitulada “Perspectivas Europeias Futuras para as Misericórdias dos Açores”.

Neste congresso, que se prolongou por mais de três dias, a comunicação de Patrão Neves teve por objectivos **“apresentar as orientações gerais da política europeia na área assistencial e da solidariedade social e indicar os programas mais relevantes neste domínio para o próximo quadro financeiro plurianual 2014-2020”**, incentivando as Misericórdias a reunirem as condições necessárias para se candidatarem a estes fundos, nomeadamente a **“unirem-se a redes europeias já existentes e com a mesma missão ou criarem uma, que lhes permita acederem a todos os apoios e colaboração possíveis e existentes a nível comunitário”**.

Neste âmbito, e atendendo ao facto do orçamento para o próximo quadro comunitário de apoio ser inferior ao do anterior, a eurodeputada exortou as Misericórdias a **“promoverem o alívio do peso e a agilização dos procedimentos burocráticos que acompanham a disponibilização de fundos pela UE para os EM, para a RAA, para as instituições de solidariedade social e, finalmente, para os seus reais e mais prementes destinatários, a saber, as pessoas em risco de pobreza e de exclusão social, aos quais já só chega uma parte reduzida que importa tentar aumentar através também de uma desburocratização dos processos. Por outro lado importa ainda, tendo em atenção as orientações europeias, que avaliem a sua intervenção não apenas do ponto de vista financeiro, através da apresentação de relatórios de constas, mas também e com particular ênfase, o real impacto social alcançado na comunidade a que se dedicam. Como há anos venho repetindo, as taxas de execução dos fundos disponibilizados são importante mas os impactos socioeconómicos alcançados serão cada vez mais valorizados. Não importa apenas gastar, mas investir e, neste caso, investir na valorização das pessoas e desenvolvimento das comunidades.”**



“Apresentar as orientações gerais da política europeia na área assistencial e da solidariedade social e indicar os programas mais relevantes neste domínio para o próximo quadro financeiro plurianual 2014-2020”.

Em jeito de conclusão, a Eurodeputada Patrão Neves sublinhou **“a identidade própria das Misericórdias, que decorre de terem feito a história da prestação de apoio social no nosso país, desde o séc. XV, e a necessidade de a preservarem, não se deixando confundir com outras instituições de solidariedade social como as IPSS”**, e lançou também um

repto aos responsáveis pelas Misericórdias, tendo afirmado que estas **“não devem concorrer, competir entre si ou com as IPSS, mas antes colaborar e complementarem-se, para uma maior racionalidade na gestão dos fundos e potencialização da capacidade de intervenção, isto é, fazer mais com menos ou igual.”** 

Carlos Coelho congratula-se com a aprovação do acordo para facilitar emissão de vistos entre a UE e Cabo Verde

O Parlamento Europeu aprovou, em Estrasburgo, dois acordos entre a UE e Cabo Verde, um sobre a facilitação da emissão de vistos de curta duração e outro sobre a readmissão de pessoas que residem sem autorização, que contaram com o apoio do Eurodeputado **Carlos Coelho**.

“Tendo em conta as elevadas normas e práticas em matéria de governação de que Cabo Verde se pode orgulhar, bem como a relação histórica existente entre este país e a UE, e em particular Portugal, apoio sem quaisquer reservas a proposta de aprofundar e alargar as relações com Cabo Verde”, afirmou Carlos Coelho.

O primeiro acordo privilegia, entre outras medidas, a introdução de condições simplificadas para a emissão de vistos de entradas múltiplas, para certas categorias de pessoas; crianças, estudantes e investigadores ficarão isentos da taxa de visto; prorrogação gratuita dos vistos de cidadãos, que por motivos de força maior não tenham a possibilidade de sair do território na data prevista no visto.

O social-democrata considerou importante *“reforçar o diálogo político, a convergência das políticas e a cooperação entre ambas as partes, em sectores novos e sensíveis, de forma a reforçar a estabilidade e a segurança, com especial relevância para as questões migratórias”* sendo da opinião que *“a conclusão deste primeiro Acordo entre um país ACP e a UE é, sem dúvida, um passo importante quer em termos políticos, quer processuais”*.

O Parlamento aprovou também um acordo com Cabo Verde sobre a readmissão de pessoas que residem sem autorização. A declaração



conjunta, de 2008, sobre uma Parceria para a Mobilidade serviu de base para o início das negociações em matéria de readmissão entre a UE e Cabo Verde.

Os acordos de readmissão são geralmente negociados em paralelo com os acordos de facilitação da emissão de vistos e devem entrar em vigor simultaneamente (provavelmente no final de 2013).

Para Carlos Coelho esta proposta de Decisão, que deverá permitir concluir o Acordo de readmissão com este país (o qual estabelece a obrigação de readmissão de pessoas que residem sem autorização, numa base de to-

tal reciprocidade, abrangendo os próprios nacionais, assim como os nacionais de países terceiros e apátridas) *“revela um progresso encorajador e traduz-se num forte sinal político por parte da UE, uma vez que se trata do primeiro acordo de readmissão a ser concluído com um país ACP”*.

De sublinhar que a parceria especial entre a UE e Cabo Verde, aprovada em 2007, tem contribuído para o desenvolvimento de relações muito próximas com este país, com especial incidência em sectores como a segurança, a boa governação, a sociedade de informação, a integração regional, a convergência técnica e normativa, assim como a luta contra a pobreza. 